



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

CENTRO DE FORMAÇÃO DO BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, DF,

2 DE SETEMBRO DE 1998

Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Francisco Turra; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Meu amigo Governador de Sergipe, Albano Franco; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, Roberto Rodrigues; Senhor Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Ailton Barcelos; Senhores Empresários; Senhoras Empresárias; Senhoras e Senhores,

Dá gosto ouvir, como acabamos de ouvir, as palavras candentes, diretas, firmes, esperançosas dos que me antecederam. Não se faz nada de positivo, no mundo – no mundo da política, especialmente –, se não se é capaz de juntar paixão à razão.

Aqui, vi pessoas apaixonadas pela agricultura e com a capacidade de raciocinar e de apontar os caminhos, dentro da razão, para que nós possamos chegar aos objetivos. O que mais se pode esperar de um fórum que termina dando nascimento a um Conselho de Agricultura, com esse espírito de confiança e, ao mesmo tempo, de competência, para dizer o que há de ser feito e como se podem alcançar as metas propostas?

Quero lhes dizer, com toda a sinceridade, que me alegra, como Presidente da República, ouvir essas palavras e saber que elas são a culminação de um esforço grande, de dois anos de trabalho, que vem, realmente, de um sonho, que nasceu de uma conversa entre poucas pessoas, que tinham a percepção da necessidade de fazer com a agricultura aquilo que, modestamente, eu estava tentando fazer em outras áreas, notadamente na política econômica mais macro, que era dar um rumo ao Brasil.

Tenho repetido, abundantemente, aqui e lá fora, que, hoje, o Brasil tem rumo. Aqui, nós vemos um exemplo concreto de que o Brasil tem, efetivamente, rumo. E convém que se diga isso hoje. Nestes dias de inegável preocupação e tumulto no nível internacional, nos mercados, convém que saibam que o Brasil tem confiança em si e que essa confiança se expressa numa postura que não é de indiferença, nem de esquecimento das dificuldades, mas numa postura tranqüila, de quem sabe o que tem que ser feito e sabe, também, que nada será feito se não tiver apoio, se o resultado não for de uma vontade coletiva.

Nós, hoje, temos rumo, efetivamente. E temos confiança. Tanto temos confiança – e não somos só nós que expressamos essa confiança, mas, em geral, há confiança no Brasil – que os investimentos internos e externos são crescentes. Fala-se tanto – e é verdade – nos investimentos diretos que nos vêm do exterior. No ano passado, vieram 17 bilhões de dólares. Há poucos anos – dois ou três – eram 2 bilhões de dólares. No primeiro ano do Real, foram 2 bilhões de dólares. Neste ano, são 22 bilhões de dólares. Continuam chegando, agora, nesta semana, como chegaram na semana passada, na semana antepassada, porque há confiança.

Mas, isso complementa aquilo que fica escondido, que é o esforço imenso da poupança doméstica dos investidores brasileiros, dos empresários brasileiros, sem cujo investimento não haveria o outro. O outro é apenas a ponta de um *iceberg*. Como ponta, é mais vistoso, porque vem de fora ou vê-se de fora. Mas as raízes do nosso crescimento estão plantadas aqui, e estão plantadas na agricultura.

Uma agricultura que produz 240 bilhões de dólares, no nosso PIB, é alguma coisa que tem um peso enorme. Uma agricultura que dá uma receita cambial de mais de 10 bilhões – num momento em que nós

ainda estamos dizendo que é pouco, porque vamos dobrar as exportações, ou mais do que dobrar – é uma agricultura que expressa, também, essa confiança. E há crescentes investimentos novos na agricultura.

Nesta manhã, falando com um dos ministros, que esteve na Amazônia, ele me contava que vira em Humaitá, lá na beira do rio Amazonas, o nascimento de um novo pólo produtivo. Por quê? Porque nós tínhamos criado, com as obras de infra-estrutura do programa Brasil em Ação, a possibilidade de escoamento da produção. Primeiro foi um porto em Itacoatiara, agora um porto em Humaitá e, mais atrás, um porto em Porto Velho, naqueles baixios que lá existem, nas áreas planas, que nunca foram cobertas por floresta, mas que são úmidas e mais férteis, quicá, que o Nilo. Pois lá se vai criar, agora, um outro pólo de crescimento agrícola. O arroz já está produzindo lá e, em breve, a soja estará sendo exportada a partir de lá.

Falo concretamente de Humaitá, como poderia falar de muitos outros pólos que estão nascendo, no Brasil, e que significam a mesma coisa: novos investimentos na agricultura. E, para que eles continuem, é preciso, sim, que haja condições, que os juros baixem. Tenho confiança de que, ainda hoje, baixarão um pouquinho mais, no que diz respeito aos juros que o Governo pode controlar. E os juros que o Governo pode controlar, baixou-os para a agricultura, porque os baixou na preparação do plano de financiamento da safra.

O plano deste ano é, talvez, o mais ambicioso que nós tivemos. Nós estamos colocando à disposição da agricultura 10 bilhões e 300 milhões de reais, mais 1 bilhão para investimentos, mais 300 milhões para calcário e mais 100 milhões para melhorar a qualidade da nossa pecuária, a juros de 8,75%, fora os 2 bilhões e 700 milhões que colocamos para o Pronaf, a juros de 5,75%.

Então, é preciso haver, realmente, essa conjugação de esforços. E, aqui, todos disseram que é preciso que haja um governo que comande. E é preciso. Nós não podemos enfrentar as intempéries do mundo globalizado sem que haja determinação política, vontade política, que não seja o resultado do arbítrio de um governante, mas a expressão de um governo que se organiza com a sociedade, em parceria, como esta-

mos fazendo aqui com a agricultura, para que a voz de quem comanda tenha legitimidade e suas decisões tenham eficácia na ação que se seguirá a ela. É preciso, sim, que exista esse comando. E, nessas turbulências do mundo de hoje, se impõe mais ainda que haja esse comando.

Claro que isso não significa que nós estejamos sempre a nos queixarmos das turbulências, ou a não prevê-las, até porque outra coisa não fiz, desde que assumi o Governo, senão, em todos os fóruns de ordem internacional, em reuniões do G-7, em reuniões em várias partes do mundo e, ainda recentemente, na Organização Mundial do Comércio, em Genebra, dizer: é preciso colocar ordem nesse fluxo de capital, sem o que – sem esta ordem – será muito difícil evitar que haja processos de turbulências quase contínuas.

Não cabe ao Brasil, porque não pertence ao G-7, aos países mais ricos, dar o rumo nessa matéria. Mas cabe ao Brasil fazer o que nós estamos fazendo há anos: alertando, sugerindo, enviando pessoas, enviando idéias e dizendo que nós temos que nos organizar para que seja possível continuar nesse processo, avançar nesse processo. E, porque temos essa visão e porque temos experiência, fomos capazes de suportar a crise do México, a crise da Ásia. Agora, estamos vendo a crise da Rússia e assistindo aos esforços que começam a ser feitos, e têm que ser aprofundados, para que essa crise seja resolvida lá, na Rússia. Que não venham cobrar de nós a dívida que não temos, que é a de não termos feito o que, sim, fizemos, porque aqui temos rumo, temos competência. Temos é que seguir no nosso caminho, melhorando, no possível, as condições para a produção, baixando, no possível, as taxas de juro, e seguindo adiante.

E devo dizer mais: o setor agrícola é, talvez, o que mais tem experiência em mundo globalizado, porque, desde que o Brasil foi descoberto e começou a fazer exportações, a agricultura era que exportava. O grosso da nossa inserção no comércio mundial foi através da agricultura. Não é novidade para nós o comércio internacional. Pelo contrário, o elo fundamental do Brasil com o comércio internacional, historicamente, era a agricultura, pois de outra coisa não dispúnhamos para exportar, senão o nosso café e, talvez, extrativamente, o nosso ouro, no século XVIII. Basi-

camente, nós exportávamos os nossos produtos agrícolas: o chá, o café, o cacau, a borracha, o algodão. Temos uma experiência nessa matéria.

E porque temos essa experiência nessa matéria é que nós sabemos também que é preciso atuar com muita energia no circuito da comercialização, no circuito do financiamento, na questão das marcas e na defesa dos interesses nacionais, com muita força, porque nós não podemos assistir à defesa acêndrada que fazem alguns países dos seus produtos agrícolas e à vontade que têm de que os nossos não tenham nenhum acesso ao mercado deles, enquanto eles querem ter acesso aos nossos. Dá lá, toma cá! Em matéria de agricultura, nós não podemos ceder um milímetro!

É dessa maneira que nós temos que nos orientar, como temos feito, com muita tranquilidade, mas também com muita energia, nos vários fóruns. E, de novo, só se pode fazer isso havendo unidade, havendo a capacidade, dentro do País, de compreendermo-nos, reciprocamente – o setor público e o setor privado, os vários segmentos do setor privado –, e termos a capacidade também de entender a parte que corresponde a cada um de nós e o dever que cada um de nós tem de fazer.

Passei os olhos, rapidamente, no resumo do “Mais do que uma política agrícola”. Como eu sou, mais ou menos, afeito aos temas, vejo que é por aí. Ademais, o Ministro Turra resumiu o que aqui estava. O Doutor Rodrigues, com entusiasmo, mostrou qual era o caminho. O Doutor Ailton Barcelos, da mesma maneira. De modo que eu acredito que estão delineados os comos, para alcançar o que se deseja. Vejo, com alegria, que a meta proposta é uma meta, sim – aqui foi dito pelo Doutor Roberto Rodrigues – ambiciosa. Ambiciosa de passar de 18 bilhões de dólares de exportação para 45 bilhões em um período de tempo muito curto. Mas, quanto mais difícil sejam as situações com as quais temos que nos defrontar, em função de outros processos internacionais, com mais energia teremos que olhar para a agricultura, porque é onde nós temos melhores vantagens comparativas e é onde podemos, com os nossos recursos, produzir e gerar divisas para o nosso país.

De modo que tem que ser ambiciosa, mesmo, essa meta. E, mais ainda. Vejo, com alegria, que vocês são mais otimistas do que eu pró-

prio, que sou considerado um otimista – e sou –, porque se propõem gerar 10 milhões de empregos até 2002. Eu, quando falo, tenho falado em gerar 7 milhões e 800 mil empregos até 2002. Vejam que, realmente, a prudência do candidato é maior do que o entusiasmo do Presidente.

Eu estou é com o entusiasmo que recolho aqui, nesta sala, para dizer que, sim, podemos enfrentar esse desafio de gerar esses milhões de empregos, com a condição de que haja chuva, de que haja adubo e de que haja semente. Mas, parte dessa chuva, desse adubo e dessa semente depende de nós, da nossa capacidade de nos entendermos, da nossa competência técnica, da nossa capacidade de decisão. E isso eu vejo que existe aqui. Vejo, com sinceridade, que existe aqui.

Acho que, ao criar, como estamos criando hoje, esse Conselho, nós estamos, efetivamente, dando um exemplo a outros segmentos da sociedade brasileira. O Governo tem um plano ambicioso de aumentar as exportações em geral. E temos, também, em vários itens importantes – industriais, de mineração, de serviços, além dos da agricultura – um caminho a percorrer.

Nós não estamos apenas nos organizando no setor agrícola, nós estamos nos organizando em vários setores. É por isso que eu estou confiante de que nós vamos, sim, obter essas metas de ampliar enormemente não só a nossa exportação, mas também o conjunto da riqueza nacional.

Mas os senhores não se esqueceram, e eu me junto às vozes que aqui se manifestaram, de dizer que nada disso teria significado, se não melhorasse, efetivamente, a condição de vida das populações rurais, a condição de vida da população brasileira.

E aqui se mostrou que é necessário, ao mesmo tempo, amparar a agricultura familiar, dar-lhe condições, através do Pronaf, fazer com que o Proterra, do Ministério da Reforma Agrária, cada vez mais, convirja com o Pronaf e que, cada vez mais, os assentamentos do Incra sejam assentamentos produtivos, na base da agricultura familiar, acabando com essa distinção entre assentados e agricultores familiares. Todos têm de ser produtivos e todos têm de estar baseados na agricultura familiar.

Por isso mesmo, nós estamos transformando, também – e aqui está presente o Ministro Raul Jungmann –, na área da reforma agrária, os instrumentos da reforma agrária, com o Banco da Terra, que, progressivamente, vai substituir o instrumento da dívida agrária e as desapropriações por um instrumento de leilão, de mercado, de oferta de terra, que vai baratear os custos e vai resolver as pendências infinitas na Justiça. Até mesmo, muitas vezes, decisões do passado ainda pesam sobre o Presidente, sob forma de precatórios, muitos deles injustos. Acaba-se tudo isso e se dá acesso mais fácil àquele que quer produzir e não dispõe de terra. E, então, disporá de terra.

Isso vem junto com outros programas de melhoria das condições técnicas na área assentada. E isso não pode ser feito, senão de uma maneira homogênea, para com aquele que é o produtor familiar, que tem o seu pedaço de terra e que precisa ser assistido, também, com muita energia.

Nós estamos, realmente, criando um outro mundo rural. Um outro mundo, em que nós temos que acabar com os efeitos negativos – isso sim – da concentração e da globalização, que é a exclusão. Para que nós possamos acabar com a exclusão social, temos que, simultaneamente, apoiar o agronegócio, como estamos fazendo, casar, crescentemente, a indústria, a própria ciência, com o desenvolvimento tecnológico, com o desenvolvimento de novas variedades de semente e com o desenvolvimento de técnicas de plantio, que a Embrapa faz e que outras organizações de pesquisas e universidades fazem, e juntar isso com a necessidade, também, de ter uma política muito ativa de inserção das camadas no campo, porque estão, neste momento, vários setores, ainda, fora desse novo mundo que se está concretizando aqui, neste momento.

Quero terminar, posto que já falei demais. E tinha dificuldade de acrescentar algo ao que foi dito antes. Agradeço imensamente as palavras que aqui foram ditas. Mas eu quero terminar dizendo que esse esforço, que teve uma origem, como já mencionou o Doutor Roberto – entre poucas pessoas, que se foi expandindo no setor produtor rural, teve acolhida no Ministério da Agricultura, através do Ministro atual, do Ministro anterior e do Secretário Executivo, e, permanentemente

teve, também, o apoio do Congresso Nacional, a participação de parlamentares.

Nós, aqui, no Brasil, estamos crescentemente convergindo. Não buscamos nunca fazer diferenças que sejam obstáculos a uma convivência entre o Executivo e o Legislativo, entre o setor estatal e o setor privado, entre o setor produtivo, os empregados e os sindicatos. Nós estamos convergindo.

E termino dizendo que, só por este caminho de uma grande união dos brasileiros e das brasileiras, independentemente das diferenças de todo tipo que existem, só através dessa união, sabendo o rumo, e, com clareza, sabendo como e por que se obtêm os resultados, é que nós vamos dar o salto que estamos nos preparando para dar. Mas nós daremos esse salto. Sejam quais forem as intempéries, eu tenho certeza de que o guarda-chuva da nossa união, da nossa competência – o “nossa” que eu digo não é do Governo, é de todos nós, é desse grande povo brasileiro –, vai nos permitir seguir adiante no próximo século. E nele a agricultura continuará sendo um dos esteios do crescimento, da prosperidade e do bem-estar no Brasil.

Muito obrigado.